

MINUTA DE ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE COLETA SELETIVA E LOGÍSTICA REVERSA – CTCS&LRev, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021.

4 5 6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16 17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

1

2

3

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, foi realizada a quarta Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Coleta Seletiva e Logística Reversa – CTCS&LRev, na sala online da Plataforma Microsoft Teams, quando foi discutida a seguinte pauta: 1. Leitura para aprovação da Ata da 3ª Reunião; 2. Apresentação de relatório pela FIEAM, sobre Acordo Setorial de produtos eletroeletrônicos; 3. Apresentação de relatório técnico pelo representante da SEMMAS. Sobre a indicação nº 149/20 de autoria do Vereador Alex Bezerra para a aquisição de triciclos para realização de coleta de lixo, em becos e vielas de Manacapuru; 4. O que houver. Estiveram presentes os seguintes membros: Lilian Dirani - Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Radyr Gomes de Oliveira Júnior – Associação Amazonense dos Municípios (AAM), Renée Fagundes Veiga – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Suelen Cardoso Ramos — Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Luiz Paz Loureiro — Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP), Antonio Ademir Stroski - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), Robério Linhares Arruda – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON), Bruno Gomes – Universidade do Estadual do Amazonas (UEA), Rodrigo Couto Alves – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Rosa Mariete – Instituto de Proteção Ambiental (IPAAM). **Apoio** Técnico: Caroline O Secretário Executivo da Câmara Técnica de Coleta Seletiva de Logística Reversa – CTCS&LRev, o Sr. Antonio Ademir Stroski cumprimentou a todos e deu início a reunião. A minuta de Ata da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Coleta Seletiva de Logística Reversa – CTCS&LRev foi lida e aprovada. Falou que a representante da FIEAM, a Sra. Renée elaborou relatório, sobre Acordo Setorial de Produtos Eletroeletrônicos e enviou aos membros o relatório elaborado. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga cumprimentou a todos e deu início a apresentação. Durante a 3ª Reunião desta Câmara Técnica. "Definiu-se que a Federação das Indústrias das Indústrias do Estado do Amazonas — FIEAM, ficaria responsável pela relatoria referente ao acordo setorial de produtos eletroeletrônicos. O acordo setorial de produtos eletroeletrônicos foi assinado em 31 de outubro de 2019, pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Sales e pelos representantes das entidades do setor, a saber Associação Brasileira da Indústria Nacional Elétrica e Eletrônica — ABINEE, Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS, Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação – ABRADISTI, Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPRO e duas entidades gestoras que no momento da assinatura, somente a ELETROS assinou, depois irei falar sobre a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos – ABREE. Merece destaque, o acordo setorial em comento. Apenas é aplicável a aparelhos eletroeletrônicos de uso domiciliar, englobando computadores, celulares, telefones, impressoras, televisores entre outros e prevendo duas fases distintas e complementares a primeira fase é dedicada a estruturação do sistema e a segunda fase está relacionada à sua implementação. Trata-se de um documento elaborado pelas entidades representativas do setor eletroeletrônico que estão comprometidas com o cumprimento da legislação aplicável ao assunto, sobretudo quanto a reciclagem do chamado lixo eletrônico em conjunto com o Governo Federal com vistas a solucionar os desafios da implementação da logística reversa nacionalmente em relação ao segmento de produtos representando um marco importante, na Política Nacional de Resíduos Sólidos e prevendo duas fases distintas e complementares; a primeira fase é dedicada a estruturação do sistema e a segunda fase está relacionada a sua implementação e operacionalização com metas anuais



e crescentes, prazos e ações concretas. Além das fases anteriormente mencionadas definiu ainda, que as empresas precisam apresentar anualmente um cronograma de implementação da logística reversa para os seus produtos contendo o plano de comunicação para conscientizar e engajar os consumidores e um relatório anual de acompanhamento. No ano sequinte, a assinatura do acordo setorial, foi editado o Decreto Federal nº 10.240/2020, que estabeleceu o sistema de logística reversa para todos os atores, prevendo que, a primeira fase seria o ano de organização do sistema e o ano seguinte, ou seja, 2021 um ano de implementação efetiva dele quanto ao sistema utilizado para o cumprimento do acordo setorial. As empresas podem tanto implementar os seus próprios sistemas, quanto utilizar-se de sistemas coletivos geridos por entidades como a Gestora de Logística Reversa - GREEN ELETRO e a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos - ABREE. Vamos falar delas a seguir. É uma entidade gestora sem fins lucrativos, criada para implementar o sistema em âmbito nacional. A vantagem da utilização do sistema coletivo, assim como no caso das embalagens pós consumo é a redução dos custos operacionais, através do rateio destes com outras empresas do mesmo setor o que garante a efetividade da coleta e reciclagem dos produtos eletroeletrônicos de forma econômica e prática do que a criação de uma estrutura individual. De acordo, com informações obtidas junto a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos - ELETROS, o sistema está cumprindo o cronograma de operacionalização de acordo com o Decreto Federal em pleno funcionamento". Fiz um pequeno arrazoado, sobre as duas entidades gestoras que estão atuando na questão da logística reversa. "Que é a GREEN ELETRON que é uma gestora para logística reversa criada pela Associação Brasileira da Indústria Nacional Elétrica e Eletrônica – ABINEE em 2016 especificamente para criar alternativas estruturadas para coleta e tratamento adequado dos eletroeletrônicos no fim de sua vida útil, tendo como principal objetivo cumprimento das obrigações estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, através de uma solução coletiva, consciente e econômica. Atua através de parcerias contratando e coordenando os serviços de coleta, transporte de destinação final ambientalmente adequada dos eletroeletrônicos descartados de seus associados para garantir o atendimento aos requisitos legais aplicados e a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos - ABREE que provavelmente irá operar mais efetivamente no Amazonas. A ABREE é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 29 de junho de 2011, que tem como proposito definir e organizar a gestão de resíduos sólidos pós consumo dos seus associados, sendo responsável pela efetivação da contratação, fiscalização e auditoria dos serviços prestados por terceiros para implementação de sistemas coletivos de logística reversa de larga escala com a promoção do respectivo rateio de custos por participação na cadeia. Tem por objetivo, também tornar eficientes informações geradas por um sistema de logística reversa compartilhado por toda a cadeia e por diversos agentes do mesmo elo. Com redução de custos de transação operacionais logísticos e de economias de escala além, de promover a administração por meio de sistemas de informação que possibilite a visualização das operações e dos custos por meio da conformidade. Propondo soluções inovadoras com eficácia visando as melhores práticas para o cumprimento da política nacional de resíduos sólidos em contato a ABREE, foi informado que no dia 6 de maio encaminharam a Prefeitura Municipal de Manaus o termo de cooperação entre a instituição e o município para operacionalização do sistema de logística reversa de eletroeletrônicos na cidade, bem como, conteúdo para treinamento os operadores municipais, além de outros documentos técnicos pertinentes e segundo as informações eles estão aguardando a resposta da prefeitura quanto à análise desse documento para dar seguimento as tratativas". Essas foram as informações que eu colhi a respeito da situação dos eletroeletrônicos e em resumo eles estão aguardando o posicionamento da prefeitura a respeito do termo que eles enviaram. O Secretário Executivo do Comitê, o Sr. Antonio Stroski agradeceu a colaboração da Sra. Renée Veiga. Abriu a palavra para a manifestação ou contribuição dos membros a respeito das informações expostas. Um esclarecimento a mais. Não lembro sobre o cronograma que

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93



95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

foi discutido em oportunidade anterior, que em Manaus foi antecipado em um ano a implementação da logística reversa. A meta era para que para 2022 foi para 2021. Uma outra questão importante, que ainda não pude fazer a articulação. Precisamos ver com a SEMUSP a questão do treinamento e como vamos implementar as etapas que estão sendo propostas. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga em relação a antecipação do cronograma. Me recordo que durante a reunião do fórum de logística reversa que houve uma manifestação e depois confirmei com o Sr. Jorge Júnior o eles haviam encaminhado para SEMULSP, um ofício na gestão passada detalhando alguns pontos que seriam necessários, inclusive para poder incluir os catadores, a implementação do sistema aqui na cidade. Todavia, o secretário anterior rejeitou completamente a proposta, e não quis e não deu atenção. Creio que isso tenha prejudicado um pouco essa antecipação. Eles fizeram novamente a proposta, considerando a primeira situação ocorrida na gestão passada. Foi enviado este Termo de Cooperação a ser firmado com o município e no ofício eles mandaram junto algum documento referente ao treinamento que precisa ser dado. Porque não estava sendo feito da maneira correta. O Decreto que regulamentou a questão da logística reversa de eletroeletrônicos colocou também que esses objetos não podem ser desmontados. Elas têm que ser devolvidos ao fabricante na sua integralidade, por exemplo, se eu for devolver um aparelho de som eu tenho que devolver inteiro não posso mandar para alguém que vá retirar as peças principais e vai enviar só a carcaça. Tem que ser enviado do jeito que chega ao consumidor no caso, inteiro. E isto não estava ocorrendo. Então, tem que ser dado esse treinamento para que seja cumprida a política e que possa ser integrada há questão dos catadores, para que eles possam receber e repassar esses eletroeletrônicos. O Sr. Antonio Stroski a questão inclusive, alcança as atividades das associações de catadores. Me recordo do relato dos catadores que chegaram a receber algumas peças algum material de eletroeletrônica. Para fazer o desmonte parcial, tem que haver treinamento. Considerando as informações a expectativa da própria ABREE para fazer a implementação. Me responsabilizo em procurar a SEMULSP e resgatar o que foi enviado, para que até a semana que vem eu ter o retorno sobre o assunto e fazer o alinhamento. Outro problema que está acontecendo e eu precisava compartilhar com vocês é que alguns dos catadores, ainda estão em indefinição até mesmo para a permanência deles com as atividades atuais. É um assunto a ser superado no âmbito da SEMULSP. Outra demanda apresentada que temos que resolver é na SEFAZ. Precisamos nivelar isso com todos os membros da Câmara Técnica para atender a proposição e aquilo que foi demandado pela ABREE. Na última reunião que tivemos com a equipe do Jorge. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga em relação a questão específica da SEMULSP, na gestão passada semana procuraram a secretaria, a ELETRONS e a ABRRE, por conta da questão do treinamento que tem que ser dado aos catadores. Porque os eletroeletrônicos, até mesmo pela própria polícia, eles têm que ser devolvidos ao fabricante do mesmo jeito que eles foram recuperados e isto, não estava acontecendo. Os eletroeletrônicos estão chegando nas cooperativas ou que já estavam chegando nas cooperativas, estão desmontados com peças faltando e o próprio Decreto fala que tem que ser devolvido da forma como foi recuperada do consumidor, ou seja, você tem um rádio na sua casa, o rádio parou de funcionar, ele tem que ser devolvido para o fabricante naquela mesma condição que ele estava na sua casa. Não pode ser, somente a carcaça, tem que ser dado um treinamento. Eu me recordo que o Sr. Jorge Júnior comentou sobre isso em reunião e eu cheguei a ler o documento inclusive, é a prefeitura de Manaus, através da SEMULSP na gestão passada negou todas as propostas de parceria feitas pela ELETRONS e pela ABREE. E disseram que não tinham interesse no treinamento colocando uma série de dificuldades e isso não foi para frente. Eu acredito que esse envio do Termo de Cooperação para a Prefeitura foi exatamente a retomada dessa tratativa, pois na gestão passada foi barrada. Até mesmo porque, até onde eu sei, foram enviadas propostas de treinamento juntamente com esses documentos do termo de cooperação, então acredito que isso possa tem impactado um pouco na implementação dessa fase de forma adiantada. A representante do Instituto



de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, a Sra. Rosa Mariete perguntou se a Associação dos Catadores não foi orientada desde o início que teriam que ser dessa forma. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga respondeu não saber com exatidão, e disse que quem estava cuidando da questão específica dos catadores era a própria Prefeitura que inclusive fornece galpão para eles. A Prefeitura disse que não tinha interesse nessa parceria, para fazer o treinamento é o que eu me recordo da situação uma troca de ofícios, talvez consigam localizar esses documentos na própria SEMULSP. Durante a reunião foi falado que os aparelhos teriam que ser entregues da mesma forma, quando foram adquiridos. Só o que foi verificado também é que muitas vezes esses eletroeletrônicos já chegam desmontadas porque eles vêm, por exemplo, de assistências técnicas e essas assistências técnicas tiram o que é de interessante e depois querem devolver para fabricante somente a carcaça sem nenhum componente eletrônico de valor o que possa ser reutilizado. Sr. Antonio Stroski só para tentar colaborar com a pergunta da Sra. Rosa Mariete. Os catadores se organizaram e estruturaram galpões principalmente para trabalhar com papel, papelão, plásticos e os metais não ferrosos. Então a incorporação a origem dos catadores, desses materiais. Agora, que estão sendo incorporados os eletroeletrônicos é que eles tentaram, mas como não ouve iniciativa no acompanhamento ou acolhimento na gestão passada e sobre a possibilidade de logística de eletroeletrônicos. Confesso que ainda, que não tive essa conversa com a SEMULSP. Mas assumo a responsabilidade que fazer essa articulação, porque isto está no âmbito de toda a possibilidade de implantar a logística reversa com a proposta que está sendo apresentada pela Associação de Eletroeletrônicos que só vai prosperar se o município internalizar isto e fazer alinhamento inclusive que com a atividade que envolva os catadores e que tem que observar a regra orientação que Associação tem colocado com relação ao recebimento treinamento e tudo mais. Então vou ver se localizo a documentação as informações que foram encaminhadas e faço um alinhamento com a SEMULSP, para fazermos contato com a Sra. Suelen e a Sra. Irineide representantes dos catadores logo em seguida ou curso da semana que vem eu faça contato. Como eu estou respondendo pela Secretaria de Meio Ambiente da SEMMAS. Estou discutindo com a Sra. Aldenira e outros colegas. Que a SEMMAS vai atuar fortemente na gestão de resíduos assessorando ou compartilhando as informações com a SEMULSP o que nós pensamos em fazer, não só os Eletroeletrônicos mais em resíduos da construção civil das unidades visando o reuso a reciclagem de materiais. Queremos falar de biomassa, aproveitamento de materiais de origem vegetais de madeira. Nesse contexto, vamos assumir o compromisso de fazer o resgate das informações e restabelecer um certo cronograma com a Associação de Eletroeletrônicos. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga o meu comentário na verdade não é a respeito dos eletroeletrônicos, mas não posso esquecer da situação que ocorreu neste final de semana e que me causa preocupação. Quando se fala em logística reversa só está se olhando para indústria, porém temos que olhar também para outros setores. Vou dar um exemplo, prático e que para mim é muito preocupante. Um amigo meu foi caminhar no Condomínio Alphaville e me mandou as fotos e até repassei para o pessoal da SEMULSP e agradeço a eficiência do Sr. Luiz Paz. Muitos medicamentos vencidos jogados no meio da rua. Ainda lacrados e com a etiqueta de amostra grátis. Está havendo descarte de outros tipos de produtos que não são no Amazonas. Já falei isto mais de uma vez nas reuniões. Enquanto a gente focar nas nossas indústrias. Não vamos resolver efetivamente o problema da logística reversa. Haja vista, que o que vem causando a maioria dos problemas ambientais na nossa cidade é produto que vem de fora e quando a gente começa a fazer uma pressão muito grande em cima das indústrias e mesmo do comércio sem prestar atenção para o que vem de fora isso acaba criando um desiquilíbrio e perdemos muito em competitividade e isto causa um prejuízo ao produto regional. Precisamos verificar outras situações similares como as garrafas e em breve, espero poder dar uma boa notícia para vocês. Estamos trabalhando nisso. Mas temos que ter um de olhar mais atendo ao que é colocado em nosso mercado e que não está tendo a devida tratativa. Foram centenas de caixa de medicamento de um

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187



remédio perigoso que é para o coração. Que se encontravam jogados no meio da rua de uma área de APA municipal. Imaginem esse tipo de poluição, o que isso pode causar, não só pelo resíduo mais também pela própria substância em si. Eu queria mais uma vez reforçar a necessidade de se fazer esse controle que é colocado no nosso mercado local e que não é fabricado pelas nossas Indústrias. O Sr. Antonio Stroski temos que concluir a pauta e ainda tem a questão dos pneus, além dos medicamentos. Na verdade, todos os seguimentos que têm acordo setorial definidos a nível nacional as metas os compromissos. A exceção da questão dos eletroeletrônicos de embalagens em geral onde já fizemos um termo de cooperação de compromisso firmados, os demais não estão com compromissos e metas específicas para o Estado do Amazonas. Vamos ter que tratar um a um cada um desses setores. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga na questão dos medicamentos, existe lei que trata da logística reversa de medicamentos. O que me causa grande preocupação e que a fiscalização não está sendo feita corretamente. Esta lei obriga que toda a farmácia tenha postos de entrega voluntária para recolhimento tanto de medicamento de sobra, ou seja, que o cliente compra e não utiliza como medicamentos vencidos. Podemos verificar a implementação dessa lei efetivamente. Até o momento só pude ver na Drogasil a caixa de coleta. A representante do IPAAM, a Sra. Rosa Mariete concordou com a fala da Sra. Renée. Nosso problema e que estamos focando demais na indústria e temos vários outros problemas, inclusive o setor dos medicamentos. Que inclusive pode ser encontrado no lixo comum e vai direto para aterro sanitário. Ontem realizamos uma visita e um dos pontos questionados foram medicamentos encontrados no lixo comum. O Sr. Antonio Stroski estamos com problema na questão do descarte como o exemplo dado pela Sra. Renée, na questão dos medicamentos. Estamos vendo uma quantidade enorme de pneus e uma dificuldade na coleta que não estão acontecendo nas borracharias. Foi feito um relatório preliminar sobre o assunto e vamos fazer a conclusão agora. E outros resíduos como o da construção civil é expressivo no contexto de limpeza urbana. E dos resíduos dos igarapés. Considerando como encaminhamento neste item de pauta pela FIEAM, farei o contato e até a semana que vem e apresento um retorno no grupo do Comitê e na Câmara Técnica, qual o encaminhamento que devemos consultar o que está na competência da SEMULSP cuidarei disto pessoalmente. Nas duas últimas semanas do final do mês de maio. Na SEMMAS não realizamos nada no dia do meio ambiente, mas teremos o junho verde com eventos e atividades é o tempo que estamos recompondo e estruturando os parques para reabertura e isto demandou movimento pessoal com toda a equipe da SEMMAS e não pude concluir o relatório do item 3. Mais já fiz um posicionamento para a proposta do Vereador de Manacapuru Alex Bezerra é para que seja adquirido triciclos na coleta de lixo em becos e vielas. É nesta linha de pensamento que tenho um parecer escrito parcialmente. Ainda não pude conversar como Vereador e com ninguém ada administração municipal. Não é uma proposição dirigida especialmente para coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em que possamos estar colocando uma proposição. O Vereador, deve reformular proposição do município normalmente eles têm atuado no lixão do quilometro um da rodovia quer liga Manacapuru a Novo Airão. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga falou não entender que a questão proposta da aquisição de equipamentos de triciclos, porque o recolhimento dos resíduos do lixo. Mesmo nesses locais mais afastados ou de difícil acesso, se existe uma empresa concessionária dos serviços, ela que tem que providenciar. Não é a prefeitura que tem que realizar esses investimentos, porque afinal de contas ela participa de um processo licitatório e ela se obriga a fazer o recolhimento de todo os resíduos de todo o município. Não sei porque temos que nos preocupar com isso. Mesmo na coleta seletiva temos que verificar o contrato. Porque se contrato a empresa estiver responsável pela coleta seletiva como é em Manaus. Antes de se discutir qualquer outra coisa deve-se verificar o escopo desse contrato. O que poderia sair do Comitê seria um indicativo para a própria prefeitura do município, através de um documento que analisar o contrato, verificou-se a responsabilidade da cessionária e por isso ela tem que providenciar. O Sr. Antonio Stroski precisamos fazer uma manifestação conclusiva

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234



sobre essa proposição, existe a responsabilidade do serviço de coleta regular dos resíduos de modo geral com essa finalidade e a forma alternativa de coletar em locais de difícil acesso, é a empresa contratada. É uma orientação para o município e esclarecer o ponto e que em Manaus, tem um serviço de coleta seletiva, um preço unitário elaborado com planilha e distinto dos demais serviços da coleta, por exemplo, domiciliar remoção manual e coleta de podas. Eu sei, porque há alguns anos tive a oportunidade de elaborar edital, porque existem conceitos para coleta seletiva para as duas empresas. Essa é a manifestação conclusiva que irei compartilhar com todos. Item 4, o que houver, gostaria de externar uma preocupação com os resíduos da construção civil e também a pretensão de aproveitarmos os resíduos vegetais principalmente da secretaria. Estamos verificando um modo para que possamos inserir nas autorizações expedidas pela SEMMAS, uma forma de assegurar que haja um aproveitamento desses resíduos vegetais, que não sejam destinados ao aterro. Existe mercado e existem setores da atividade econômica em Iranduba que tem uma demanda por biomassa. No IPAAM, existe uma portaria que disciplina a dragagem dos igarapés e também sinalizou reunindo a normativas da ABNT em relação aos postos de entrega voluntárias para a construção civil. Gostaria de socializar com todos sobre a portaria do IPAAM que trata sobre resíduos de igarapés e da construção civil. A representante do IPAAM, a Sra. Rosa Mariete sobre a dragagem sobre o material retirado dos igarapés e resíduos da construção civil. Portaria nº 132/2019 trata desse assunto, essa portaria foi criada na gestão do Sr. Stroski. Tivemos problemas sérios sobre os resíduos dos igarapés. Esse material precisava ser destinado de uma forma correta e até mesmo reutilizado para dar suporte a outras atividades. A portaria segue uma ordem cronológica das leis existentes. Irei passar a pasta com a legislação para a Sra. Lilian. No mês de abril o IPAAM passou por treinamento, sobre as tratativas de resíduos e logística reversa para as pessoas que trabalham com isso na parte do licenciamento ambiental. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga com relação aos resíduos que precisam de uma destinação e que podem ser utilizados com biomassa. Estamos realizando um trabalho com as olarias e estamos em discussão com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI que faz parte do sistema FIEAM para fazermos alguns ensaios. Então como eles tem uma dificuldade grande de conseguir material para queima, por conta da questão da que envolve a madeira eu acredito que dependendo do tipo de resíduo, seria interessante realizarmos ensaios, tanto no sentido de calor e até mesmo o tipo de resíduo que pode vir a ser gerados. A representante do IPAAM, a Sra. Rosa Mariete deve ser apresentada um relatório, inclusive semestral. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga em visita técnica realizada nas olarias e uma dessas olarias utiliza alguns tipos de resíduos mais as licenças estão, certas. E eu perguntei para eles a respeito, por exemplo, das embalagens plásticas com laminado que estamos com dificuldade de dar destinação e tem muito nas cooperativas. E não foi utilizado porque não sabemos o poder calorífico não tem ainda sem informações, porém ele se dispôs até mesmo até está se for o caso como forma de ensaio e talvez seja uma alternativa pelo menos provisória já que não tem outra forma de reciclagem. A representante do IPAAM, a Sra. Rosa Mariete assim que for implantado a questão da queima de papel. Foi pedido autorização do IPAAM e nos pedidos de análise química e foi feita toda a parte de análise química para poderem ser autorizados. Hoje eles são autorizados para queimar o papel e os paletes. A representante da FIEAM, a Sra. Renée Veiga como o SENAI tem laboratório exames. A ideai era fazer ensaios em ambiente controlado dentro do SENAI. Posso verificar terei reunião nos próximos dias com o diretor regional e quem sabe a gente não consegue fazer alguns ensaios que permitam verificar uma destinação para esse material que está se acumulando nas cooperativas, talvez essa alternativa seria interessante enquanto a gente não consegue uma outra destinação enquanto não consegue implementar questão do gás nas olarias. A representante do IPAAM, a Sra. Rosa Mariete as olarias podem adaptar determinado filtro para conter determinado tipo de poluente. Mais já tem nas chaminés os filtros é só implementar. O Sr. Antonio Stroski agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E não havendo mais registros,

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281



283	eu Caroline Santos Cavalcante	, apoio administrativo, transcrevi a presente
284	Ata de reunião.	
285		
286		
287		
200		Socratorio Evacutivo da CEDS

